

• Política

24 JUN 1985

Controlador Progr
indústria de process

NOVA REPÚBLICA

Deputados da esquerda vão a Sarney

por Walter Marques
de Brasília

"Esta conversa faz parte da costura do grande acordo nacional", afirmou o ministro da Justiça, Fernando Lyra, ao deixar o Palácio do Jaburu na última sexta-feira, depois de uma reunião-almoço de três horas na qual o presidente José Sarney ouviu os parlamentares mais representativos da esquerda independente ou ala progressista do PMDB e expôs as dificuldades que vem enfrentando em seu governo.

O grupo formado pelos deputados Miguel Arraes, Alencar Furtado, Airton Soares, Francisco Pinto, João Gilberto e João Hermann Neto entregou ao presidente um longo documento de catorze páginas em que faz uma análise da situação econômica, social e política do País. Os parlamentares exortam o presidente da República a definir o seu projeto de governo e apresentam as propostas que na visão desta vertente pemedebista devem constituir as prioridades da ação governamental na Nova República.

Conforme o ministro da Justiça, este encontro da ala progressista do PMDB com José Sarney significou uma tentativa "de costurar esse fracionamento político". O presidente José Sarney afirmou, segundo seu porta-voz, Fernando César Mesquita, que "a conversa foi muito boa" e prometeu para muito breve uma nova reunião com os signatários do documento na qual responderá às suas propostas. Ainda conforme Fernando Lyra, a reunião foi "uma conversa de homens sérios, preocupados com o movimento democrático do País".

Foram constadas durante a reunião algumas convergências. Segundo o ministro da Justiça, ficou clara a "necessidade de um acordo nacional para o enfrentamento da situação atual e do futuro próximo. A administração está enferrujada. Eu até brinquei dizendo que o negócio é de tal ordem que constatei que

o Planalto tinha a garagem, os contínuos e o presidente da República. Ficou claro que faltam canais e instrumentos de comunicação com as lideranças no Congresso. O problema do BNH só hoje, na reunião, que o presidente esclareceu", disse Lyra.

O ministro da Justiça está confiante em que se for possível um acordo entre o presidente Sarney e a ala progressista do PMDB, o acordo nacional se viabiliza. Ele revelou que nesta semana recebe em seu gabinete o presidente do PT, Luís Ignácio Lula da Silva e que no dia 26, o presidente irá a CNBB, visita obrigatória na aticulação do acordo nacional.

Cautelosos, os parlamentares da ala progressista preferem esperar pela resposta do presidente às suas propostas. Eles desejam que José Sarney faça uma opção pelo PMDB. O deputado Francisco Pinto chegou a dizer ao presidente que ele "está longe de ser o presidente honorário do PDS como foi Figueiredo mas que poderia se tornar presidente honorário do PMDB".

Na perspectiva dos parlamentares a reunião, articulada pelo ministro Fernando Lyra, bem como o documento por eles preparado ligam-se à necessidade de definir um projeto de governo identificado com as posições do PMDB, partido que deu sustentação a sua eleição juntamente com Tancredo Neves.

O deputado Alencar Furtado destacou para este jornal as três grandes preocupações que dominaram durante a conversa mantida por ele e seus correligionários com o presidente: 1) consolidar a abertura política; 2) promover um acordo nacional para equacionar os problemas do país; 3) consolidar o suporte político ao governo. Mas ressaltou que "do nosso lado há a preocupação de que o governo se coloque com uma proposta política afinada com o PMDB". O deputado Francisco Pinto expôs durante a reunião a

As propostas "azedas"

por Walter Marques
de Brasília

O documento que os parlamentares da ala progressista do PMDB ofereceram na última sexta-feira ao presidente José Sarney, durante almoço no Palácio do Jaburu, contém propostas "azedas", como admitiu um de seus signatários. Entre elas estão a suspensão dos pagamentos das amortizações e dos juros da dívida externa e uma reforma do sistema financeiro que beneficie os pequenos investidores e desarticule a especulação. Eis as principais propostas do documento que visa "definir a direção das mudanças":

- "Mudança no método de combate à inflação, promovendo-se um grande acordo nacional coordenado pelo Estado e com a participação das forças produtivas (capital e trabalho), com prazo fixado pelas partes e com a finalidade de congelar preços de produtos alimentícios, vestuário e medicamentos, alugueis, prestação da casa

própria, tarifas do serviço público e salário nas empresas públicas e privadas com o compromisso de uma reposição gradual dos salários dos trabalhadores".

- "Sustar durante a vigência do acordo nacional as remessas de lucro, royalties e de juros para o exterior".

- "Mudanças na política de endividamento externo suspendendo, provisoriamente, o pagamento das amortizações e os juros da dívida externa até que se apure, através de auditoria, sua legitimidade, isto é, o que constitui dívida real e o que significa recepção de indevidas comissões, abusos e ilicitudes praticadas nessas operações, com a punição dos culpados. As remessas dos encargos da dívida ao exterior em nenhuma hipótese deverão superar 25% das exportações. Suspende o mais rápido possível as remessas para o exterior que superem o aludido percentual".

- "Mudança na política econômica, promovendo reformas estruturais que possibilitem a construção

de um novo estilo de desenvolvimento rápido, auto-sustentado, socialmente justo, orientado para atender às necessidades básicas dos estratos mais pobres da população".

- "Reorientar a destinação dos gastos públicos, cujos investimentos não devem ser reduzidos sob o pretexto de conter o déficit fiscal. Amplo controle social do setor público, exigindo-se dos seus responsáveis compromissos de lealdade com as empresas que dirigem, além da probidade e eficiência administrativa, fixando o governo normas rígidas de fiscalização".

- "São imprescindíveis modificações substanciais no sistema financeiro. Trata-se, na verdade, de questão política cuja raiz está na opção pelo tipo de crescimento. Os tratamentos de choque prejudicam os pequenos poupadores. Em contrapartida, "nada fazer significa nada mudar, mantendo-se a especulação".

- "Apoio irrestrito à reforma agrária e à reforma tributária".

proposta contida no documento de que o Estado assumira a coordenação do acordo nacional, definindo coordenadores na área do capital, do trabalho e na área política. Exemplificando, ele sugeriu respectivamente os nomes dos ministros Roberto Gusmão, Almir Pazzianotto e Fernando Lyra. O presidente ouviu e assentiu com gestos. De compreensão.

Francisco Pinto e Alencar Furtado coincidiram na afirmação de que o apoio a Sarney depende da aceitação de propostas contidas no documento, embora o primeiro tenha ponderado que este atendimento não precisa ser absoluto, mas pode ter gradações.

Alencar Furtado, por sua vez, observou que as propostas do documento tem que ser "pelo menos parcialmente atendidas, mas é preciso que a alma do documento seja objeto de aceitação".

A seu ver a costura do acordo nacional, à qual se

referiu Fernando Lyra, ainda está na dependência do segundo encontro da ala progressista do PMDB com o presidente da República. O deputado Miguel Arraes limitou-se a repetir para os jornalistas um trecho do texto oferecido a Sarney. "Achamos que o país optou durante todos esses anos um tipo de crescimento que fracassou, é preciso redirecionar e agora é o momento de se tomar consciência da necessidade dessa mudança de rumos, sobretudo por aqueles que podem ceder, porque o povo não pode mais ceder nada", disse ele.

O deputado Francisco Pinto, a pedido de funcionários do BNCC, denunciou a José Sarney a existência de articulações para extinguir o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Perplexo, o presidente ouviu ainda do deputado a afirmação de que isso acontecerá uma forte reação dos cooperativos e dos funcionários do banco.

PMDB faz queixas do governo

por Márcio Chaer
de Brasília

A distância entre as propostas econômicas do PMDB e o programa econômico do governo já começa a se traduzir também num distanciamento político do Executivo com seu principal partido. E o que se torna cada vez mais evidente pelos discursos pemedebistas na Câmara e no Senado.

Na sexta-feira, o moderado Denisar Arneiro (PMDB-RJ) foi à tribuna para advertir o presidente José Sarney de que, "passados sessenta dias do falecimento de Tancredo Neves, a Nova República não se mostra diferente da velha, decadente e desmoralizada República". O deputado afirma que "90% dos cargos públicos continuam nas mãos dos mesmos tec-

nocratas arrogantes e ineptos, responsáveis pela situação caótica em que o País hoje se encontra".

O vice-líder do governo, Hélio Duque (PMDB-PR), também foi à tribuna explicar sua falta de entusiasmo com os rumos do governo. Intrigado com a afirmação do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, de que "a política monetária não é do Banco Central mas sim do ministro da Fazenda e por isso não vai ser mudada", Duque indagou se a política não é do Governo.

O parlamentar perguntou o que foi feito das promessas de campanha. E mergulhou no capítulo da dívida externa, sugerindo que fosse ela o alvo do propalado pacto nacional. "Dentro do grande pacto nacional, está aí um ponto

que uniria a Nação em torno do governo", acrescentou o pemedebista. Duque repeliu a "monitorização" do Fundo Monetário Internacional e cobrou uma renegociação como "uma ação de governo, tendo à frente o presidente da República e o Congresso Nacional dando-lhe pleno e amplo apoio". Para ele, a manutenção da atual estratégia de entregar esse trabalho apenas aos tecnocratas "com plena autonomia de voto" já se mostrou "um fracasso".

A irritação e a impaciência reinantes no partido do governo já se espalham por todas suas alas. A "esquerda independente" já tornou rotineiras suas reuniões. O senador Severo Gomes, o deputado Ralph Biasi, presidente da Comissão de Economia da Câmara, e

outros parlamentares já elaboraram até um documento. A principal insatisfação, contudo, como assinalou Hélio Duque, tem um componente "fisiológico". "A corrida feroz e alucinante que setores da Aliança Democrática desenvolvem, sobremaneira aqueles egressos da velha ordem", já fere até mesmo "o conceito de seriedade e responsabilidade da classe política como um todo."

O mesmo deputado, entretanto, assinala a necessidade da "oxigenação da estrutura pública administrativa". E explica por quê: "A manutenção dos velhos quadros em pontos vitais da administração bloqueia a chegada da autoridade governamental, paralisa decisões e boicota as mudanças exigidas pela nova ordem".